

Breves considerações sobre o espaço europeu de ensino superior face ao comunicado de Yerevan

Passos, Rogério Duarte Fernandes dos

Resumo

Após tecer considerações acerca dos mais recentes antecedentes envolvendo o chamado Processo de Bolonha – que culminou no ano de 2010 com o estabelecimento do Espaço Europeu de Ensino Superior – o texto alcança algumas notas acerca do Comunicado de Yerevan, o último documento produzido no interior do contexto de reforma deste nível de ensino que se realiza no bojo de um espaço que configura uma Europa alargada, cujos limites superaram o próprio espaço delineado pelos tratados de adesão à União Europeia.

Palavras chave: Processo de Bolonha. Espaço Europeu de Educação Superior. Comunicado de Yerevan. Educação superior. Reforma do ensino superior.

Abstract

After commenting on the latest developments involving the so-called Bologna Process – which culminated in 2010 with the establishment of the European Higher Education Area – the text aims to brief considerations on the Yerevan Communiqué, the last document produced within the context of reform of this level of education that takes place in the midst of a space that configures an enlarged Europe, whose limits have surpassed the very space outlined by the treaties of adhesion to the European Union.

Keywords: Bologna Process. European Higher Education Area. Yerevan Communiqué. Higher education. Higher education in reform.

Resumen

Después de hacer consideraciones sobre los últimos antecedentes que involucra el llamado Proceso de Bolonia – que culminó en el año 2010 con el establecimiento del Espacio Europeo de Enseñanza Superior – el texto alcanza algunas notas sobre el Comunicado de Ereván, el último documento producido dentro del contexto de reforma de este nivel de enseñanza que se realiza en el seno de un espacio que configura una Europa ampliada cuyos límites superaron el propio espacio delineado por los tratados de adhesión a la Unión Europea.

Palabras clave: Proceso de Bolonia. Espacio Europeo de Educación Superior. Comunicado de Yerevan. Educación universitaria. Reforma de la enseñanza superior.

BREVE HISTÓRICO DO CHAMADO PROCESSO DE BOLONHA

Representando verdadeira dimensão de reforma do ensino superior no Continente Europeu, o chamado Processo de Bolonha, que a concretizou, no bojo dos seus mais recentes desenvolvimentos, possivelmente tem seu marco mais expressivo com a *Magna Charta Universitatum*, de 18 de Setembro de 1988, celebrando os novecientos anos da Universidade de Bolonha, pugnando pela supressão das fronteiras comunitárias e convocando universidades de todo o mundo a ocupar um papel de protagonismo na produção e difusão do conhecimento para as gerações futuras em uma sociedade internacionalizada e em transformação (MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM, 1988).

Em continuidade ao processo que se desvelava, celebrando o 800º aniversário da Universidade de Paris, tem-se a Declaração de Paris-Sorbonne, de 25 de Maio de 1998, reunindo os ministros responsáveis pela educação de Alemanha, França, Itália e Reino Unido, concretizando uma reunião e fórum de discussões que daria a tônica e o formato ao Processo de Bolonha, pugnando pela edificação de um espaço europeu de ensino superior eivado de diversidade e livre circulação de professores e estudantes, onde, com mobilidade, legibilidade, cooperação e reconhecimento mútuo, ofertaria maior atratividade à Europa por meio da estruturação de dois ciclos de formação – a pré-licenciatura e a pós-licenciatura – obtidos em diferentes instituições no bojo do ritmo pessoal e profissional dos estudantes e no interior de um sistema unificado de créditos, como no caso do Sistema Europeu de Transferência de Créditos (*European Credit Transfer and Accumulation System*, ECTS) (SORBONNE DECLARATION, 1998).

Eis aqui a arquitetura básica do então chamado Processo de Bolonha, idealizando, dessa forma, um espaço em que a formação do estudante europeu poderá ocorrer em diferentes universidades e instituições de ensino da Europa, em um itinerário formativo que contemple diferentes experiências educacionais e existenciais em distintos contextos europeus.

Sobrevém a Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999, reafirmando os propósitos da Declaração de Paris-Sorbonne, objetivando – ao lado da estruturação de uma maior atratividade e eficiência do arcabouço europeu de educação superior e respectiva garantia de sua qualidade –, proporcionar uma maior empregabilidade e um sistema de dois ciclos de estudos, o primeiro com duração mínima de três anos capaz de qualificar o estudante para o mercado de trabalho, e o segundo, apto a conduzi-lo ao grau de mestre ou doutor, no que, por derradeiro, ao lado da mobilidade de estudantes, professores e pessoal administrativo, ainda coloca-se como meta a consolidação definitiva até o ano de 2010 de um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) (THE BOLOGNA DECLARATION, 1999).

Concretizando reuniões de discussão bianuais de ministros da educação participantes e simbolizando a expansão do Processo de Bolonha para o Leste Europeu, tem-se o Comunicado de Praga, de 19 de Maio de 2001, elucidando que os graus de estudo de graduação e pós-graduação – aqui denominados de bacharelado e mestrado – deveriam refletir diferentes perfis da universidade e da própria diversidade europeia – aquilatada aqui, sobretudo, pela adesão ao processo de Chipre, Croácia e Turquia – e de seus cidadãos, apta a valorizar a flexibilidade na aprendizagem, ainda que apoiada em uma base comum que não deixe de reconhecer as trajetórias de aprendizado ao longo da vida dos estudantes (PRAGUE COMMUNIQUÉ, 2001).

As discussões da vindoura reunião dos ministros da educação europeias acerca do Processo de Bolonha se concretizaram no Comunicado de Berlim, de 19 de Setembro de 2003, buscando uma dimensão social ao Processo de Bolonha e intencionando a criação de um terceiro ciclo de estudos relacionado ao doutorado e pós-doutorado em nível de excelência e apto ao diálogo com a pesquisa e com a formação de jovens investigadores (BERLIN COMMUNIQUÉ, 2003). Em ínterim contínuo recomendou-se atenção e ratificação à Convenção sobre o Reconhecimento das Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa – mais conhecida apenas como Convenção de Reconhecimento de Lisboa ou simplesmente Convenção de Lisboa – estabelecida com o apoio da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e inicialmente aberta à assinatura aos Estados membros do Conselho da Europa em 11 de Abril de 1997 como instrumento eficaz para o reconhecimento das qualificações que permitem acesso à educação superior, de seus períodos de estudo e de demais qualificações nesse âmbito de ensino.

Será pelo Comunicado de Bergen, de 19 e 20 de Maio de 2005, que se destacará que o núcleo duro do doutorado no Processo de Bolonha – em um terceiro ciclo formativo de estudos integrais de três a quatro anos – teria alicerce na pesquisa e evolução do conhecimento, ainda que não se descuidasse de sua dimensão formativa interdisciplinar apta para as necessidades de um mercado de trabalho mais amplo (BERGEN COMMUNIQUÉ, 2005). O acesso ao ensino superior aos grupos menos favorecidos é destacado como condição necessária de atratividade e competitividade do vindouro EEES, proporcionando as competências de exercício de uma cidadania ativa (BERGEN COMMUNIQUÉ, 2005).

O Comunicado de Londres, de 18 de Maio de 2007, intitulado “Rumo ao Espaço Europeu do Ensino Superior: respondendo aos desafios de um mundo globalizado”, destaca a diversidade da herança cultural europeia como fator de construção do EEES, buscando localizá-lo no espaço multifacetado da globalização e respondendo aos desafios de uma sociedade que se quer democrática e com cidadãos ativos aptos ao ensino, ao progresso, à pesquisa e à inovação,

de forma que para tanto fossem fortalecidas as instituições de ensino superior no bojo de currículos flexíveis, acesso equitativo, cooperação internacional, concessão de vistos de entrada – e correspectivo trânsito entre pesquisadores, inclusive dos que estão em início de carreira – e adequada suplementação financeira para o alcance de coesão social, sustentabilidade estrutural e redução de desigualdades (LONDON COMMUNIQUE, 2007).

Por sua vez, no Comunicado de Leuven e Louvain-la-Neuve, de 28 e 29 de Abril de 2009, abrigando-se no título de “O Espaço Europeu de Educação Superior”, dá prosseguimento à localização do EEES no interior do processo de globalização, alocando-o à “Europa do Conhecimento” que se quer edificar, objetivando maximizar talentos de cidadãos ativos, ainda que no contexto de uma população envelhecida e de forma a buscar a ampliação da aprendizagem ao longo da vida no interior de avanços tecnológicos que contemplem ensino e pesquisa em todos os níveis (LEUVEN AND LOUVAIN-LA-NEUVE COMMUNIQUE, 2009).

Ao lado dos três ciclos de formação, cotejou-se a possibilidade de um ciclo intermediário de formação ligada ao primeiro, com coesão social, desenvolvimento cultural e a prática do serviço comunitário como missões do ensino superior, abrigando, igualmente a aprendizagem centrada em torno de alunas e alunos e a necessidade de instrumentos de prestação de contas para as universidades (*accountability*) e, no íterim da busca de sustentabilidade, o alcance da diversidade de seu financiamento (LEUVEN AND LOUVAIN-LA-NEUVE COMMUNIQUE, 2009).

Objetivando maior integração com a União Europeia (UE), desejava-se que o Processo de Bolonha fosse, ao lado de um terceiro país, presidido pelo Estado que estivesse na presidência rotativa do bloco, objetivando maior integração com políticas como as de pesquisa, imigração, segurança social e emprego (LEUVEN AND LOUVAIN-LA-NEUVE COMMUNIQUE, 2009).

A Declaração de Budapeste e Viena, de 12 de Março de 2010, traz a missão histórica de lançar oficialmente o EEES, integrando-o com outras regiões do mundo, buscando reforma curricular, garantia de qualidade, reconhecimento de títulos e redes de aprendizagem flexíveis, mesmo sem ignorar os protestos ocorridos na Europa parcialmente dirigidos contra o Processo de Bolonha (BUDAPEST-VIENNA DECLARATION, 2010).

No então momento de crise, é destacada a indispensabilidade da responsabilidade pública pela educação superior que lhe garanta os recursos necessários, além de outras estratégias pedagógicas de trabalho, como o aprendizado por pares (*peer instruction*), visitas e compartilhamento de informações (BUDAPEST-VIENNA DECLARATION, 2010).

Para o Comunicado de Bucareste, de 26 e 27 de Abril de 2012, adotou-se o título “Fazer o Máximo de Nosso Potencial: Consolidação do Espaço Europeu de Ensino Superior”, realizando um balanço do Processo de Bolonha e estabelecendo prioridades para o futuro por meio do correto cumprimento da Convenção de Lisboa, além do alargamento do acesso, liberdade acadêmica, combinação de competências transversais e multidisciplinares, diversidade de programas de doutorado, aumento da empregabilidade, aprendizagem ao longo da vida e aquisição de competências empresariais com foco em pesquisa e tecnologia (BUCHAREST COMMUNIQUÉ, 2012).

O ENCONTRO DE YEREVAN, ARMÊNIA

Superando o intervalo médio de dois anos entre as reuniões ministeriais que discutem o EEES, antecedido pelos debates que em seu íterim ocorreram no encontro que teve lugar em Roma na data de 18 de Setembro de 2014, o Comunicado Ministerial de Yerevan, de 14 e 15 de Maio de 2015, foi preparado pelo Grupo de Acompanhamento do Processo de Bolonha (*Bologna Follow-Up Group*, BFUG), assinalando com a adesão da Bielorrússia –, em um universo que totaliza, ao lado dos vinte e nove signatários originais –, a presença de Albânia, Alemanha, Andorra, Armênia, Azerbaijão, Áustria, Bélgica (em suas comunidades flamenga e francófona), Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Cazaquistão, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Liechtenstein, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldávia, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Romênia, Rússia, Santa Sé, Sérvia, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, República Tcheca e Ucrânia, refletindo um conceito de Europa alargada, em espaço mais amplo e diverso que o da própria UE.

Contando inclusive com a participação da Comissão Europeia – órgão executivo da UE – a Conferência Ministerial de Yerevan, como bem diagnosticou Armen Ashotyan – ministro anfitrião de ciência e educação da Armênia – foi conduzida pela expectativa de melhor alicerçar o EEES como ferramenta propositiva de alocar à educação o papel de força motriz de desenvolvimento de uma sociedade sustentável para a Europa em um ambiente de competição global, contemplando em seu interior o diálogo como forma de consolidação de uma plataforma na qual as diferenças de valores e crenças nacionais poderiam ser um agente facilitador de uma nova era, apta a integrar minorias por meio de maior acessibilidade, mais oportunidades, não discriminação, cooperação e compreensão mútua em favor da construção de espaços democráticos, potencialmente capazes de materializar a educação enquanto instrumento de

solução de conflitos e reconciliação humana (ASHOTYAN, 2015), em sentido semelhante ao exposto recentemente por António Guterres, secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que nos trabalhos da 72ª Reunião da Assembleia Geral da entidade, realizada em Setembro de 2017 – e em apoio à Resolução nº 2250, de 2015, do Conselho de Segurança da própria ONU –, exortou jovens homens e mulheres como atores decisivos para a manutenção da paz e, mesmo, na prevenção de conflitos no exercício de uma cultura de paz (DELGADO, 2017). Esse contexto tornava-se significativo para a Armênia na era pós-independência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991, especialmente pelas iniciativas de reforma de seu ensino superior desde então em curso, ainda já que se registrasse no país longa tradição cultural e educacional (ASHOTYAN, 2015).

Sob esta atmosfera institucional, a Conferência Ministerial trouxe o Comunicado de Yerevan, no qual se intenta conceber a diversidade europeia por meio de diálogos em diferentes contextos políticos, culturais e académicos, unidos voluntariamente em torno de documentos sem atributo legal vinculante no bojo do direito internacional público tradicional e sem força cogente, como se vê nos instrumentos de *soft law*, que caracterizaram a trajetória do Processo de Bolonha que culminaria no EEES, talvez os únicos capazes para a construção de consensos e soluções de compromisso em uma área onde vicejam de forma intensa os conceitos de soberania e independência nacional.

Essa convergência voluntária evidentemente resulta no reconhecimento de uma dimensão de verdadeira reforma no sistema europeu de ensino superior, com metas e compromissos comuns, destacando-se a prevalência de uma visão que, apesar de já consolidar a assertiva da necessidade de diversidade de financiamento em um contexto de crise fiscal europeia que se prolonga desde o ano de 2008, enuncia a responsabilidade pública em aportes à educação superior no seio de uma estrutura de graus comuns, compreensão mútua de princípios e processos de garantia e reconhecimento da qualidade, bem como ferramental comum de ação (YEREVAN COMMUNIQUÉ, 2015).

O reconhecimento de qualificações e períodos de estudo é tido em um viés entusiasta como parte do contexto de capacitações de alunos aptos a transitarem no interior do EEES enquanto parte de um modelo de cooperação estruturada, de forma que em um quadro internacional de educação superior, as habilidades e competências sejam referenciais de destaque para as necessidades do mercado de trabalho europeu, sem olvidar da necessidade de cooperação académica que norteia ações de ensino e pesquisa em programas conjuntos.

Constata-se a existência de assimetria na implementação das reformas entre os membros do EEES no interior do Comunicado Ministerial de Yerevan, que de forma propositiva enuncia a

demanda de um melhor uso dos mecanismos disponíveis pelos participantes e a busca de uma melhoria contínua dos sistemas educacionais adicionadas a um mais eficiente envolvimento das comunidades acadêmicas na qualidade de novo impulso ao processo que se desvela, sublinhado pelo crítico contexto social eivado de marginalização dos jovens, desemprego, extremismo, radicalizações, imigrações e conflitos, cuja resposta pode ser alocada à mobilidade de estudantes e funcionários, apta a proporcionar compreensão mútua e, mesmo, para a promoção do desenvolvimento do saber, da tecnologia com impactos sobre a cena social e de crescente importância na transformação dos cenários de ensino e pesquisa.

No mesmo esteio, estabelece-se que o EEES deve exercer protagonismo para enfrentar os desafios desse contexto, maximizando oportunidades por meio do diálogo, colaboração e intercâmbio, de forma que no ano de 2020 os objetivos perseguidos sejam alcançados entre todos os participantes, com o reconhecimento automático de qualificações, apto a sustentar um contexto social inclusivo, alicerçado em direitos humanos e valores democráticos que conduzam a competências necessárias para favorecer a cidadania europeia, a inovação, o emprego e a liberdade acadêmica de estudantes e funcionários, integrando uma política de governança de instituições de ensino superior autônomas, que, por sua vez, devem ser apoiadas na tarefa da promoção do pensamento crítico, da compreensão intercultural, da tolerância religiosa, da igualdade de gênero e da própria ideia de cidadania europeia e global.

Para tanto será necessário reforçar vínculos entre o EEES e o Espaço Europeu de Investigação, desenvolvido no denominado Processo de Liubliana – iniciado a partir de 2008 por iniciativa do Conselho da UE –, e idealizado pelo Conselho Europeu de Lisboa no mês de Março de 2000 para o desenvolvimento de um espaço de investigação, ensino, formação e inovação capaz de, com o diálogo dos setores público e privado, oferecer respostas aos desafios socioeconômicos e da cidadania no âmbito da UE. Esses vínculos objetivam, basicamente, alcançar a melhora na relevância e qualidade do ensino – na enunciação da principal missão do EEES –, com inovação pedagógica em espaços com aprendizagem centrada em estudantes e tecnologia digital, reforço do vínculo entre aprendizagem e pesquisa em todos os níveis de ensino, incentivo a instituições, professores e alunas e alunos a perseguir as competências que melhor satisfaçam suas aspirações pessoais e as conseqüentes necessidades sociais com criatividade, inovação e empreendedorismo envolvidos em progressiva instrução de qualidade, em ínterim de reconhecimento dos educandos como membros de pleno direito da comunidade acadêmica e dos demais setores da sociedade como legitimados na construção curricular e dos próprios parâmetros de garantia de qualidade.

Os vínculos do EEES e do Espaço Europeu de Investigação almejam, ainda, a promoção, inclusão e expansão da empregabilidade no bojo de um mercado de trabalho altamente tecnológico e em veloz mutação, com novos perfis – inclusive de trabalho autónomo – e aquisição em diferentes tipos e contextos de aprendizagem de competências variadas e duradouras para o restante da carreira por meio de um diálogo com empregadores que identifique o equilíbrio entre componentes teóricos e práticos, aptos a expandir a mobilidade internacional – sobretudo, a oriunda dos países menos favorecidos e de áreas em conflitos – em um universo populacional diversificado, adicionado aos componentes da imigração e das mudanças no perfil demográfico, sempre com vistas à formação de professores e à sua missão educacional ante as futuras gerações europeias. Para tanto, será preciso esforço realizador nas soluções de compromisso para a implementação das reformas já acordadas, em particular, na confecção de boas práticas que concretizem a estrutura de créditos e graus comuns e a conseguinte garantia da qualidade. O apoio aos países com dificuldades de concretização desses objetivos será fundamental para a evolução do EEES e a consecução de sua credibilidade e governança, de forma que, nesse sentido, também será necessário que o BFUG simplifique seus métodos de trabalho.

Dignas de destaque são as assertivas de assegurar que os requisitos de competência para posse em emprego público possam ser utilizados para o acesso aos títulos do primeiro ciclo de estudos, bem como o incentivo aos empregadores a utilizarem apropriadamente de todas as qualificações dele, incluindo-se o estabelecimento do compromisso de utilização dos chamados “Descritores de Dublin”, que desenvolvidos após o Comunicado de Berlim pelo *Joint Quality Initiative Informal Group* – iniciativa que reúne diferentes entidades de acreditação e avaliação na Europa – objetivam o exame de qualificações e atributos para, em um ciclo curto de formação, materializar parâmetros que definam quais percursos formativos representam um primeiro ou segundo ciclo.

Por derradeiro, fica estabelecido que a próxima reunião de trabalho do EEES terá lugar na França, no ano de 2018.

3. Breves considerações sobre o Comunicado de Yerevan.

O EEES renova o esforço de integração com o Leste Europeu por meio da reunião em Yerevan, reiterando o propósito dos encontros verificados em Praga, em 2001, em Budapeste e Viena (notadamente em relação à capital húngara), e em Bucareste, em 2012, buscando concretizar o conceito de Europa alargada e para além da própria UE que se quer no ensino

superior, ainda que as assimetrias não sejam desconsideradas. Primeiro, pelos diferentes estágios de implementação das diretrizes nos distintos membros do EEES, e, por segundo – e em especial, ao que tange à mobilidade –, na forte atratividade que os países mais ricos e as instituições de maior tradição no ensino superior exercem sobre os estudantes, localizando os demais participantes em uma posição secundária e de pequena exposição na edificação da arquitetura europeia educacional.

Não se olvide, igualmente, que o Comunicado de Yerevan supõe a necessidade de integração entre o EEES e o Espaço Europeu de Investigação, cuja missão, por óbvio, não é apenas consolidar a Europa como espaço de educação, profissionalização e cidadania comunitária, mas também alocá-la no contexto de produção de conhecimento, inovação e produção de bens imateriais e culturais de alto valor agregado, capazes de construir soluções de consenso que a guindem para fora do contexto de crise financeira e social instalada desde o ano de 2008. Ademais, ao longo do enorme desenvolvimento consolidado a partir da superação do estágio propositivo contido no Processo de Bolonha e institucionalizado em 2010 com o formal lançamento do EEES, reconhece-se a necessidade de outorgar-lhe maiores atributos de legibilidade de diplomas, aos itinerários formativos dos estudantes (obtidos, inclusive, no bojo do aprendizado ao longo da vida), ao combate às fraudes, à garantia da qualidade das formações, a integração do ensino às demandas de pesquisa e extensão e, mesmo, na divulgação das realizações e potencialidades educacionais desse espaço alargado de educação que, embora centrado nas necessidades de alunas e alunos, permita maior confiança de empregadores na direção de proporcionar maiores realizações no campo da empregabilidade.

Afirmamos em outro trabalho que o intenso processo de internacionalização que assinala esse início de Século XXI oferta a oportunidade para as universidades reavaliarem o seu papel em face do caráter universal do conhecimento (PEREIRA; PASSOS, 2015, p. 51), especialmente por conta de demandas diversas que são exigidas do processo educacional pelo mercado de trabalho e pelas novas contingências sociais, reveladoras de significativas transformações no espectro individual e coletivo do ser humano, localizado no bojo de um “tempo acelerado”, o qual, no campo tecnológico, em um curto período, caminhou de forma muito mais veloz do que a trajetória de décadas anteriores, desenhando um quadro não apenas difícil de visualizar em campo propositivo e diagnóstico para a educação, mas, igualmente, não acompanhado totalmente a contento por outras instituições que se propõem a oferecer intervenções aptas a agregar valor à dignidade humana.

Representando um conceito de Europa alargada – que vai além da quantidade atual de países que são integrantes do bloco continental da UE –, diferentes leituras têm se verificado no

interior do EEES, seja identificando-o como uma manifestação afinada com os propósitos da Organização Mundial do Comércio de mercadorização da educação e da educação superior e negligenciamento dela como direito humano e bem público em uma agenda de viés neoliberal, seja na possibilidade de cotejá-la como medida de enfrentamento de um contexto educacional em crise divorciado de relevantes demandas de formação do indivíduo e em consideração da construção de sua cidadania, apta a favorecer, por meio da experiência existencial, um desenvolvimento mais condizente com o próprio ideal de cidadania europeia pugnada pelo Tratado de Maastricht da UE de 1992 e as vicissitudes de estabelecimento de alteridade e diversidade, de aceitação do outro e do inovador como ferramentas de aperfeiçoamento e aquisição de saberes, competências, habilidades e referenciais de melhor conhecimento de si mesmo e de suas possibilidades em uma sociedade plurilocalizada ante as tecnologias de informação e comunicação, apta a renunciar ao terror, à violência e à intolerância como meios de intervenção no espaço público. Independentemente disso, o EEES vislumbra-se como oportunidade de proposição e construção daquilo que se supõe necessário para que a educação (superior) assuma protagonismo na construção de indivíduos integrantes de sociedades engajadas na resolução de problemas que, por natureza, são globais, trazendo o desafio de soluções holísticas e não excludentes.

Ademais, o Comunicado de Yerevan reconhece a indispensabilidade de ajustes no desenho institucional do EEES gestado pelo Processo de Bolonha, não descartando a necessidade de se assegurar padrões de relevância e garantia de qualidade para o ensino superior, sem desconsiderar que a busca da autonomia do educando – seja na participação ativa de construção de sua trajetória formativa, seja no esforço individual de sua consolidação profissional por meio do desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e proceder com idoneidade ante aos ditames de um contexto social eivado de complexidade – emergem como atributos de um novo perfil de cidadãs e cidadãos que não prescindam de diuturnamente instrumentalizar dados, informações e tecnologia não apenas em favor de suas próprias demandas e interesses, mas também como partícipes da edificação de uma realidade que exigirá ativo, ético e responsável concurso.

Por certo, a melhor visualização dos ajustes institucionais, do papel das instituições de ensino superior e, no mesmo sentido, das novas configurações e exigências formativas de alunas e alunos prosseguirá no próximo encontro avaliativo do EEES a ter lugar na França em 2018. Aguardemos, pois, as novas discussões envolvendo o EEES.

Referências

ASHOTYAN, Armen. **Welcome Note**. Yerevan, 2015. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <<http://bologna-yerevan2015.ehea.info/>>. Acesso em 14 Set. 2017.

BERGEN COMMUNIQUÉ. **The European Higher Education Area - Achieving the Goals. Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education, Bergen, 19-20 May 2005**. Bergen, 2005. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/2005_Bergen/52/0/2005_Bergen_Communique_english_580520.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

BERLIN COMMUNIQUÉ. **Realising the European Higher Education Area. Communiqué of the Conference of Ministers responsible for Higher Education in Berlin on 19 September 2003**. Berlim, 2003. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/2003_Berlin/28/4/2003_Berlin_Communique_English_577284.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

BUCHAREST COMMUNIQUÉ. **Making the Most of Our Potential: Consolidating the European Higher Education Area**. Bucareste, 2012. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/2012_Bucharest/67/3/Bucharest_Communique_2012_610673.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

BUDAPEST-VIENNA DECLARATION. **Budapest-Vienna Declaration on the European Higher Education Area**. Budapeste/ Viena, 2010. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/2010_Budapest_Vienna/64/0/Budapest-Vienna_Declaration_598640.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

DELGADO, Laura Gelbert. **Guterres pede envolvimento "significativo" de jovens pela paz**. New York: United Nations News, ed. 22 Set. 2017. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2017/09/guterres-pede-envolvimento-significativo-de-jovens-pela-paz/#.WcaZ1vmGPcs>>. Acesso em 23 Set. 2017.

LONDON COMMUNIQUÉ. **Towards the European Higher Education Area: responding to challenges in a globalised world**. Londres, 2007. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/2007_London/69/7/2007_London_Communique_English_588697.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

LEUVEN AND LOUVAIN-LA-NEUVE COMMUNIQUÉ. **The Bologna Process 2020 - The European Higher Education Area in the new decade. Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education, Leuven and Louvain-la-Neuve, 28-29 April 2009**. Leuven/ Louvain-la-Neuve, 2009. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/2009_Leuven_Louvain-la-Neuve/06/1/Leuven_Louvain-la-Neuve_Communique_April_2009_595061.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

bioenergia em revista: diálogos, ano 7, n. 2, p.64 - 76, jul./dez. 2017.

Passos, Rogério Duarte Fernandes dos

Breves considerações sobre o espaço europeu de ensino superior face ao comunicado de Yerevan

MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM. Bolonha, 1988. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <<http://www.magna-charta.org/magna-charta-universitatum>>. Acesso em 13 Set. 2017.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; PASSOS, Rogério Duarte Fernandes dos. *A Internacionalização do Ensino Superior e os Programas e Mobilidade Educacional*. In: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; HEINZLE, Márcia Regina Selpa (orgs.). **Internacionalização na Educação Superior: Políticas, Integração e Mobilidade Acadêmica**. Blumenau: Edifurb, 208 p., 2015, p. 51-68.

PRAGUÉ COMMUNIQUE. **Towards the European Higher Education Area. Communiqué of the meeting of European Ministers in charge of Higher Education in Prague on May 19th 2001**. Praga, 2001. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/2001_Prague/44/2/2001_Prague_Communique_English_553442.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

SORBONNE DECLARATION. Paris, 1998. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <<https://www.ehea.info/cid100203/sorbonne-declaration-1998.html>>. Acesso em 13 Set. 2017.

THE BOLOGNA DECLARATION. Bolonha, 1999. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/Ministerial_conferences/02/8/1999_Bologna_Declaration_English_553028.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

YEREVAN COMMUNIQUE. Yerevan, 2015. Disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico <https://media.ehea.info/file/2015_Yerevan/70/7/YerevanCommuniqueFinal_613707.pdf>. Acesso em 13 Set. 2017.

1 Rogério Duarte Fernandes dos Passos possui graduação em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (1998). Formação pedagógica (Licenciatura) pela UNIMEP e Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (2001). Mestrado em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (2003). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson (Araras-SP) (2008). Doutor em Educação pela UNICAMP (2015). Atualmente é professor titular do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e docente de Direito Empresarial da FATEC Piracicaba Dep. “Roque Trevisan”. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional Privado Direito Internacional Público e Direito Empresarial e também experiência em educação básica, educação profissional e educação superior. Participa como pesquisador do Grupo Internacional de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GIEPS), coordenado pela Prof^a Dr^a Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira.